



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTRO MARIM

ATA

(sessão realizada em 30 de novembro de 2018)

Mesa:

Presidência: José Luís Afonso Domingos -----

1º Secretária: Amândio Sousa Rodrigues Norberto -----

2º Secretário: Carlos Sebastião Afonso Dias -----

Faltas: Luís Filipe Soromenho Gomes, Henrique dos Santos Rodrigues, Maria José Pereira Salgueiro do Carmo, Paulo César de Jesus Correia e Ramiro Jorge Madeira Cruz Gonçalves. -----

Luís Filipe Soromenho Gomes, M^a Fátima Domingos Lourenço Brás e Lisandra de Jesus André P. Germano. -----

Presenças:

António Manuel Martins Pereira
Élia Isabel Pereira Horta
João Manuel Afonso Pereira
João Miguel Ferreira Neves
Lisandra de Jesus André P. Germano
Luís Filipe Ribeiro Cruz
M^a Fátima Domingos Lourenço Brás
Nélia Maria Corvo Santos Mateus
Paula Cristina Leal Horta
Victor Hugo Gregório Palma
Vitor Manuel Gaspar Esteves
António Eduardo Madeira Mestre
Ana Raquel Rocheta de Almeida Alves
João Manuel da Silva Ribeiro
António Manuel Martins Fonseca
Duarte Gil Rufino Maurício

Hora de abertura: 21h05 horas -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTRO MARIM

Sessão de 30/11/2018

ordinária

ORDEM DE TRABALHOS

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

Ponto 1 – Apreciação e deliberação da Ata de 26 de setembro de 2018-----

Ponto 2 – Correspondência recebida -----

Ponto 3 – Período antes da ordem do dia -----

Ponto 4 – Período de Intervenção do Público -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

Ponto 1 – Informação, por escrito, do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do nº2 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; -----

Ponto 2 – Apreciação e deliberação, sob a proposta da Câmara Municipal, da Taxa de Derrama a Aplicar em 2019 referente ao Exercício de 2018; -----

Ponto 3 – Apreciação e deliberação, sob a proposta da Câmara Municipal, da Taxa Municipal de Direitos de Passagem a Aplicar em 2019; -----

Ponto 4 – Apreciação e deliberação, sob a proposta da Câmara Municipal, do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Castro Marim. -----

Composição da Assembleia – Não podendo estar presente nesta sessão, os srs. Luís Filipe Soromenho Gomes, Henrique dos Santos Rodrigues, Maria José Pereira Salgueiro do Carmo, Paulo César de Jesus Correia e Ramiro Jorge Madeira Cruz Gonçalves, foram substituídos, nos termos da lei, pelos srs. António Eduardo Madeira Mestre, Ana Raquel Rocheta de Almeida Alves, João Manuel da Silva Ribeiro, António Manuel Martins Fonseca e Duarte Gil Rufino Maurício. -----

O sr. presidente da câmara municipal não esteve presente, fazendo-se substituir nos termos da Lei pela vice-presidente, sra. Filomena Sintra. -----

O sr. presidente da assembleia municipal fez questão de relembrar a tragédia que se viveu nos últimos dias, e da qual resultaram duas vítimas mortais, dois funcionários da Câmara Municipal e colegas de trabalho da maioria dos presentes, pedindo um minuto de silêncio em honra da sua memória. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Ponto 1 - APROVAÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DE 26 DE SETEMBRO: Foi presente a Ata da sessão ordinária de 26-09-2018, a fim de ser apreciada e aprovada: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTRO MARIM

Sessão de 30/11/2018

ordinária

A assembleia municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Ata. Não votaram os membros que não estiveram presentes na sessão a que a Ata diz respeito. -----

Ponto 2 – CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA -----

Informou o presidente da assembleia municipal sobre a solicitação, por parte do Comando dos Bombeiros Voluntários de VRSA, cujo teor foi enviado pelo presidente da câmara ao presidente da assembleia Municipal, questionando sobre a possibilidade e o interesse de se realizar uma apresentação pública pelo comandante da entidade supracitada. Não tendo sido manifestado qualquer inconveniente, o sr. comandante Nuno Pereira dá início à apresentação pública, começando por informar sobre a questão da mudança do nome da associação, visto ter sido aprovada em reunião de Assembleia Geral a sua alteração para Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Vila Real de Santo António e de Castro Marim, e pelo que irão proceder à modificação dos referentes Estatutos. -----

Na sua explanação, o sr. comandante Nuno Pereira abordou temas que se prendem com as condições financeiras da entidade que representa, bem como com as características do território de intervenção e a tipicidade de eventuais riscos e catástrofes. -----

No final da apresentação, e após ter dado a conhecer o trabalho e as limitações da entidade, afirmou que é muito importante unir sinergias e, conjuntamente entre a associação e os dois municípios que integram o território de intervenção, definir os objetivos para a corporação de bombeiros. -----

O sr. presidente da assembleia municipal perguntou aos membros presentes se existem perguntas que digam respeito à apresentação e solicitou à sra. vice-presidente que se pronunciasse relativamente ao tema, visto ter mantido já algumas reuniões com os corpos de bombeiros de VRSA e, inclusivamente, com representantes do Município de VRSA. -----

A sra. vice-presidente agradeceu a presença do comando e da direção da associação de bombeiros e explicou que a apresentação realizada pelo sr. comandante não está diretamente relacionada com a questão da alteração de nome, nem com questões respeitantes à comparticipação do Município. Explica que, há meses atrás, já tinham chegado informações à câmara municipal de Castro Marim sobre as dificuldades financeiras sentidas pela Corporação de Bombeiros. Contudo, afirmou que o mais importante é que os cidadãos se sintam seguros graças a pessoas com vocação que disponham de condições de trabalho que lhes permitam desempenhar convenientemente as suas funções. A sra. vice-presidente defendeu que a alteração do nome da associação de bombeiros se baseia principalmente num sentimento de pertença, procurando que os cidadãos do território de Castro Marim se sintam também, e por igual, parte integrante do território de intervenção da corporação. Ainda assim, realça que esta mudança em nada altera no que respeita à



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTRO MARIM

Sessão de 30/11/2018

ordinária

atuação dos bombeiros, que sempre têm vindo a prestar apoio e a exercer as suas funções no território, nem no que respeita à questão do funcionamento da associação. Independentemente destas questões, informa que a câmara municipal de Castro Marim tem vindo a participar, em média, entre 56 a 57 mil euros anuais e que, sensivelmente entre março e abril deste ano, foi solicitado, por parte da associação, um reforço do apoio prestado pela câmara municipal. Após esta solicitação, a câmara municipal passou o seu apoio para 100 mil euros, podendo ainda reequacionar, em função de um estudo que foi pedido à direção e de uma série de questões que foram equacionadas. Em contrapartida, a associação assumiu o compromisso de criar um posto de emergência médica no Azinhal, o que também implica a contratação de mais pessoas. -----

Relativamente a alterações que justifiquem um maior apoio das Câmaras Municipais, a sra. vice-presidente explicou que os compromissos têm vindo a ser cumpridos parte a parte e que esta situação de dificuldade da corporação se prende, principalmente, com o facto de os bombeiros terem deixado de ter um serviço de emergência quase de exclusividade para o estado, uma vez que começaram a aparecer empresas privadas, tendo ficado toda uma estrutura, que precisa agora de mais apoio dos municípios para que possa ser mantida em funcionamento. -----

Relembrou ainda que, já no ano transato, tendo conhecimento da situação, havia sido proposta a alocação de uma verba específica em sede de IMI para o reforço do apoio a prestar à corporação. -----

Quanto à fórmula para chegar ao valor do apoio a prestar, a sra. vice-presidente referiu que terá que ser melhor entendida, procurando esclarecimentos junto da Secretaria de Estado, para perceber o que representa esta situação em termos de território e em termos de apoio à corporação, com base no modelo de financiamento do Estado. -----

Por fim, reforçou a ideia de que a questão da alteração do nome da associação não está relacionada com o modelo de financiamento da associação, nem com a apresentação realizada pelo sr. comandante Nuno Pereira, ao qual agradeceu a sua disponibilidade, visto a assembleia municipal ser o órgão máximo de decisão para apoios estratégicos desta natureza. -----

O sr. Luís Cruz cumprimentou os membros da assembleia, das bancadas e o público presente e dirigiu-se ao sr. comandante, em nome de toda a bancada, agradecendo a elucidação, e congratulando-se pela alteração do nome da associação. Relembrou ainda a proposta apresentada pela bancada no ano transato, referente ao aumento do IMI de 0,30 para 0,35, sendo que este aumento teria sido importante para o apoio a algumas entidades, e referiu que este ano haverá novamente a oportunidade de apresentar um valor de IMI aceitável, que possa fazer face a esta e a outras despesas, sugerindo aos decisores que sejam previamente alocadas taxas e percentagens a esse valor, de forma a clarificar o destino do mesmo. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTRO MARIM

Sessão de 30/11/2018
ordinária

O sr. João Ribeiro cumprimentou todos os presentes e referiu o seu orgulho em ser sócio da associação de bombeiros há bastantes anos. Contudo, afirmou não frequentar as respetivas assembleias, nem acompanhar o quotidiano dos bombeiros, mostrando ainda alguma divergência com o Comandante Nuno Pereira. -----

A sra. vice-presidente voltou a agradecer, e agora em nome de todos os castromarinenses, por todo o trabalho desenvolvido e pela disponibilidade da direção desta associação e de todos os sócios no que refere à alteração do nome, o que revela inteligência, desprendimento e foco essencial à causa. -----
Excecionalmente, e tendo em conta a importância do assunto, o sr. presidente da assembleia municipal permitiu ao público a colocação de questões especificamente relacionadas com este tema. -----

O sr. José Gonçalves cumprimentou os presentes e congratulou-se com a bonita explanação realizada pelo sr. comandante Nuno Pereira. Dada a consideração pelo serviço prestado pelos bombeiros, realçou a importância da capacidade logística e da disponibilidade financeira, pelo que defendeu uma melhor relação entre os Municípios de Castro Marim e de VRSA, em prol de melhores condições para o desenvolvimento destes serviços. Terminou felicitando a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila Real de Santo António, afirmando que podem continuar a contar com o seu apoio. -----

O sr. comandante Nuno Pereira afirmou que quando esteve ao serviço do lado da câmara municipal de Castro Marim não lhe foi possível fazer tudo a que se tinha proposto, mas referiu que muita coisa foi feita para apoiar o corpo de bombeiros, do qual fez parte 27 anos antes entrar ao serviço na câmara municipal, e sempre esteve à disposição da entidade que os representa. Referiu ainda que, aquando das suas funções desempenhadas na câmara municipal, sempre se cumpriram com as responsabilidades assumidas a nível de apoio financeiro. -----
Quanto à sua apresentação, alegou ter a responsabilidade de informar sobre as condições existentes e defendeu que as decisões e as responsabilidades assumidas ficam à consciência de cada um. -----

Ponto 3 – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

O sr. João Pereira, presidente da junta de freguesia de Odeleite cumprimentou os membros da mesa, os restantes membros da assembleia e o público presente e afirmou vir reportar um problema que já tinha vindo a abordar à assembleia municipal: a passagem segura do IC27 em Odeleite. Informou que desde 1 de agosto que a junta de freguesia de Odeleite tem vindo a alertar as Infraestruturas de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTRO MARIM

Sessão de 30/11/2018

ordinária

Portugal, não tendo vindo a obter resultados, pelo que solicitou o apoio dos órgãos do poder local. -----

O sr. Vítor Esteves cumprimentou os presentes e começou por justificar as suas lamentações, alegando por vezes não ter capacidade para tratar dos problemas dos seus fregueses junto do executivo camarário, visto nem sempre estarem os seus elementos disponíveis para o atender. No entanto, deixou nota favorável no que respeita a duas situações que havia feito referência e que estão já a ser tratadas, mais concretamente no que respeita à limpeza e corte de árvores de grande porte na zona da Vista Real e ao largo da igreja de São Bartolomeu, cuja remoção de ervas também já foi feita. Ainda no que refere a este largo, lembrou a sugestão que havia dado para a colocação de um banco. -----

Quanto a situações preocupantes, referiu: a questão da ponte do Rio Seco, que apresenta grandes fissuras, sugerindo a possibilidade de condicionar a passagem de veículos pesados; em São Bartolomeu, a existência de um tapume que serve para escoamento das águas do sapal e que já não está em grandes condições, tendo saltado já o reboco e apresentando já fissuras nos ladrilhos; na estrada que liga a Azeda à Estrada Nacional 125 houve um proprietário privado que fez um muro junto da berma, dificultando a passagem junto à estrada, o que representa um perigo, defendendo que deve haver um limite mínimo entre as propriedades e a faixa de rodagem. Quanto à junta de freguesia de Castro Marim, afirmou que estão ainda a fazer um balanço do primeiro ano de mandato, referiu que a entidade esteve sempre disponível para colaborar com a câmara municipal e com qualquer outro organismo mas que, lamentavelmente, não houve solicitação por parte da câmara para colaborações em atividades. Informou sobre a inauguração do Presépio de Sal, que terá lugar no dia seguinte, na Casa do Sal, afirmando ser a melhor colaboração de sempre entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal de Castro Marim, contando também com a participação da Novbaesuris e de outras entidades que se associaram ao projeto, tornando-o num projeto de todos. -----

O sr. Amândio Norberto referindo-se à atividade comemorativa que assinalou os 20 anos da associação Odiana, afirmou que, aquando da caminhada, o Moinho das Pernadas, parte integrante do itinerário, encontrava-se em situação de abandono. Definindo-o como ponto de referência para quem faz aquela rota, solicitou intervenção por parte da respetiva junta de freguesia ou da câmara municipal. Alertou ainda para a situação de falta de manutenção do cemitério do Azinhal, solicitando intervenção ao presidente da respetiva junta de freguesia. -----

Na condição de presidente da junta de freguesia do Azinhal, o sr. António Pereira concordou com as afirmações feitas relativamente à falta de manutenção e lamentou que nada tenha sido feito nesse sentido pelo seu antecessor. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTRO MARIM

Sessão de 30/11/2018

ordinária

O sr. João Pereira, presidente da junta de freguesia de Odeleite, agradeceu o alerta feito pelo sr. Amândio e refere que a zona do Moinho das Pernadas não é referida no acordo existente no âmbito da limpeza, e que tem como objetivo transferir essas competências para a junta de freguesia. No entanto, revelou que a entidade estará disponível para proceder à limpeza do exterior da zona referida. -----

A sra. vice-presidente informou que já procedeu (*in situ*) ao despacho referente à intervenção solicitada para a passagem segura no IC27. -----

Relativamente às observações feitas pelo sr. presidente da junta de freguesia de Castro Marim, a sra. vice-presidente elucidou os presentes sobre os procedimentos relativos às situações da Vista Real e do largo da igreja de São Bartolomeu. Quanto ao tapume e ao condicionamento a veículos pesados na ponte do Rio Seco, irá pedir para verificar. Relativamente à Azeda, já foi feito o auto de ocorrência. Quanto à colaboração com a junta de freguesia, concordou que o Presépio de Sal é um bom exemplo de colaboração entre várias entidades. Quanto ao Moinho das Pernadas, lamentou que não lhe seja dada a utilização desejada, motivo que se prende com a necessidade de intervenção num muro de contenção para possibilitar o seu normal funcionamento e para que assim possa ser assumida a sua função pedagógica. Apesar de ter sido feita a requalificação do espaço, a intervenção a realizar é bastante avultada, pelo que ainda não foi possível a sua realização. -----

Ponto 4 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

A sra. Elsa Félix cumprimentou os presentes e apresentou-se como funcionária da empresa municipal, afirmando que, face aos últimos acontecimentos, os funcionários revelam preocupação e necessidade de esclarecimento. Assim sendo, questionou à câmara municipal: -----

-“O contrato programa pode ser aprovado sem a aprovação do presidente da câmara e da vereadora Filomena?”; -----

-“Quem pode aprovar as transferências dos funcionários para a câmara municipal, mesmo que os contratos programa não sejam assinados?”; -----

-“Quem vai fazer as refeições nas escolas a partir de 1 de janeiro, visto o contrato programa terminar a 31 de dezembro?”; -----

-“Se a Lei diz que há um concurso especial para os funcionários, esse concurso é interno?”; -----

-“A empresa municipal tem sustentabilidade económica sem a venda de serviços à câmara municipal?”; -----

-“Qual a vantagem para os funcionários em ficar na empresa municipal quando existe a possibilidade de que a câmara municipal os internalize a todos?” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTRO MARIM

Sessão de 30/11/2018

ordinária

Terminou a intervenção pedindo ajuda em nome de todos. -----

A sra. Diane Valentim começou por agradecer aos “soldados da paz” a forma como têm apoiado o concelho, e ao comandante pela sua apresentação, fazendo ainda um apelo à mesa para que no orçamento de 2019 seja contemplada a verba necessária à corporação. Referiu ainda que, não tendo disponibilidade para assistir às reuniões de câmara, nem às suas gravações, deparou-se no café com a população a falar da situação da empresa “Novbaesuris”. Disse querer saber o que se está a passar, já que ficou assustada com a intervenção da sra. Elsa Félix.-----

O sr. Hugo Pena cumprimentou e começou por dar uma palavra de conforto às famílias enlutadas. Dirigiu-se à sra. vereadora para questionar novamente sobre o desnível existente na berma da estrada de São Bartolomeu para a N125 e, em representação dos residentes, proprietários e visitantes da zona do snack-bar “A Paragem”, solicitou que se possa fazer algo para melhorar o acesso. Alertou também para o orçamento de Estado para o ano de 2019, mais concretamente no que respeita ao Algarve, região que diz não sofrer nenhum investimento público há sensivelmente vinte anos. Depois afirmou que a estrada N125 já foi requalificada do lado do Barlavento e que, do lado do Sotavento foi apenas remediada a situação, obras que afirmou não estarem previstas pelo Estado e que só aconteceram devido ao movimento de cidadãos do qual o próprio faz parte, alegando que a população deveria ser mais ativa. Fez um apanhado de situações, pedindo também um papel mais ativo aos órgãos do poder local.-----

O sr. António Gonçalves referiu que a passagem pedonal do IC27, em Odeleite, é um assunto recorrente, visto que nada tem sido feito, independentemente dos representantes do poder local que têm vindo a passar pelos órgãos, caracterizando a preocupação que manifestam agora como uma atitude de hipocrisia. No que respeita à requalificação da estrada N125, defendeu que a obra não constitui uma medida para a redução de acidentes, alegando que a estrada não pode ser tida em conta como alternativa à Via do Infante. Dirigiu-se ao sr. presidente da assembleia e questionou sobre o estado do processo referente à possibilidade de se sentar juntamente com a sra. Lucinda Martelo na fila da frente, solicitando ainda uma cópia do referido processo.-----

A sra. Lucelina alertou para uma situação de dificuldade de circulação no monte do Piçarral, devida à obra de canalização, solicitando intervenção que permita a regularização. Referiu ainda a inexistência de iluminação no acesso do Piçarral ao IC27.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTRO MARIM

Sessão de 30/11/2018

ordinária

O sr. presidente da assembleia deu a palavra à sra. vice-presidente, que começou por responder às questões colocadas pelo público.-----

No que refere à situação da empresa municipal, informou que, apesar de já terem havido algumas reuniões de trabalho com o Conselho de Administração, a Presidente deste órgão opôs-se à realização de mais uma reunião, afirmando já ter tomado a sua posição relativamente ao assunto, pelo que agora cabe à câmara municipal tomar uma decisão. Fez um resumo dos acontecimentos que levaram à conjuntura atual da empresa municipal, elucidando os presentes no que respeita aos procedimentos próprios da entidade, bem como à legislação a aplicar. Informou ainda sobre o relato de 29 de outubro de 2018, emitido pelo Tribunal de Contas, enumerando algumas passagens e alertando para as possíveis consequências que possam decorrer das irregularidades referidas no documento. Ainda sobre a situação da Novbaesuris, realçou a importância da responsabilidade política e pessoal para com os funcionários e informou sobre legislação existente referente à dissolução de empresas municipais, onde se prevê a possibilidade de cedência de trabalhadores à Câmara Municipal, através do procedimento de internalização. Não havendo outras propostas, e caso seja este o procedimento a adotar, o executivo garante solução para a contratação de todos os trabalhadores da empresa municipal, segundo os diferentes modelos de contratação que estes disponham à data. Alegou que a responsabilidade do procedimento a adotar é de caráter tripartido, pelo que incitou todos os envolvidos a informarem-se sobre a situação. No que respeita às perguntas específicas, afirmou ainda não haver respostas objetivas, visto não ter sido ainda elaborada uma proposta.-----

Quanto à questão levantada pelo sr. Hugo Pena, informou que os serviços técnicos municipais irão garantir a intervenção na 125-6, de modo a minimizar o problema, que será resolvido aquando da obra da ciclovia. Quanto à situação junto ao snack-bar “a Paragem”, defendeu que se deve continuar a lutar pela requalificação da EN-125, independentemente da minimização que possa ser providenciada pela autarquia. Quanto às linhas de crédito para estudantes e à exclusão do território do Algarve, informou que foi feita uma proposta pelo sr. José Carlos Barros para que o mecanismo seja corrigido.-----

Quanto à questão levantada pela sra. Lucelina, pediu desculpa em nome do Município e afirmou que irá pedir para verificar a situação.-----

O sr. presidente da assembleia municipal lembrou que o Relatório do Tribunal de Contas que resultou de uma ação do tribunal com data de 02.12.2014, entidade que decidiu nesse ano proceder à fiscalização de determinados procedimentos realizados entre os Municípios e empresas locais, a nível nacional, e não só no caso de Castro Marim. No que concerne às irregularidades que constam no relatório, e que remetem para o período entre 2010 e 2016, apelando à união em detrimento



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTRO MARIM

Sessão de 30/11/2018

ordinária

das guerras políticas. Afirmou ainda acreditar que, caso não haja outra alternativa, todos concordem com a dissolução da empresa municipal.-----

Quanto à questão levantada pelo sr. António Gonçalves, no que respeita à organização das sessões de assembleia, o sr. presidente defende o propósito de continuar a fazer o melhor possível e que sabe dentro das suas limitações, e quanto à questão do estado do processo, remete para o próprio Tribunal que certamente o decidirá.-----

Tendo a sra. vereadora Célia Brito manifestado o interesse em intervir, face à matéria trazido a pública e não havendo quem se oponha à sua participação, uma vez que foi visada na qualidade de presidente do conselho de administração da empresa novbaesuris, o sr. presidente da assembleia concedeu-lhe a palavra nos termos regimentais. -----

A sra. presidente do conselho de administração da Empresa Novbaesuris, cumprimentou os presentes e dirigiu-se aos funcionários, elogiando a sua participação na sessão de assembleia, bem como valorizando a análise técnica referente à legislação aplicável ao processo da empresa municipal, feita pela sra. vice-presidente. Ainda assim, defendeu a importância da empresa municipal para o desenvolvimento do território e a procura de soluções para evitar a sua dissolução. Caso não se encontrem soluções nessa primeira fase e havendo garantias por parte da câmara municipal de poder internalizar todos os funcionários, inclusivamente os que estão a termo certo, a sra. Célia Brito declarou que o conselho de administração estará disponível para agilizar a situação.-----

O sr. Luís Cruz, em nome da bancada PSD/CDS-PP, apelou a todas as forças políticas para que tenham bom senso e que pensem nos colaboradores da empresa municipal.-----

A sra. vice-presidente esclareceu que o processo de dissolução da empresa não é só a internalização dos funcionários, mas que também passa pelo mapa de liquidação, e que os procedimentos inerentes sim possam ser mais morosos.-----

Excepcionalmente, o sr. presidente da assembleia aceitou a participação do sr. Dinis Faísca, que informou que, a pedido do sr. presidente da câmara municipal, teria o próprio contactado telefonicamente a sra. Célia Brito, na passada quarta-feira, com vista a agendar uma reunião para o final da tarde de hoje. Afirmou ainda que, na própria tarde de hoje, teria recebido também um telefonema da sra. Célia Brito a dizer que não havia matéria para reunir, visto que as posições já estavam bem definidas. Havendo por parte do Município a possibilidade de internalizar os funcionários da empresa, o sr. Dinis Faísca informou ter voltado a contactar o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTRO MARIM

Sessão de 30/11/2018

ordinária

conselho de administração da empresa, desta vez via email, solicitando que reconsiderem a sua posição e que indiquem dia e hora para o agendamento de uma reunião a realizar na próxima semana.-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

O sr. presidente de assembleia perguntou ao Plenário se havia objeção em alterar a ordem dos pontos. Não havendo objeção, começam pelo ponto dois, ficando o ponto um para o final dos trabalhos. -----

Ponto 2 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO, SOB A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL, DA TAXA DE DERRAMA A APLICAR EM 2019 REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2018. - Foi presente à assembleia municipal o documento em epígrafe, que se anexa à Ata, dela fazendo parte integrante, e que havia sido entregue a todos os membros. -----

O ponto foi posto a votação e foi aprovada a proposta por unanimidade.-----

Ponto 3 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO, SOB PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL, DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM A APLICAR EM 2019. - Foi presente à assembleia municipal o documento em epígrafe, que se anexa à Ata, dela fazendo parte integrante, e que havia sido entregue a todos os membros. -----

O ponto foi posto a votação e foi aprovada a proposta por unanimidade.-----

Ponto 4 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO, SOB A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL, DO PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS DE CASTRO MARIM. - Foi presente à assembleia municipal o documento em epígrafe, que se anexa à Ata, dela fazendo parte integrante, e que havia sido entregue a todos os membros. -----

A pedido do sr. presidente da assembleia municipal, a sra. vice-presidente resumiu de forma sucinta o documento, bem como o contexto no qual este se integra.-----

Pediu para intervir o sr. Luís Cruz, que afirmou que a bancada irá aprovar com reserva e apresentar declaração de voto.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTRO MARIM

Sessão de 30/11/2018

ordinária

Também interveio o sr. Duarte Maurício, que defendeu que não é com este tipo de leis que o país pode continuar a lutar contra a desertificação.-----

O ponto foi posto a votação e foi aprovada a proposta por unanimidade.-----

O sr. Luís Cruz ditou para a Ata a seguinte declaração de voto:-----
“Aprovamos sob reserva e fazemos uma recomendação para que a câmara promova junto das entidades competentes uma alteração à lei geral, uma vez que a definição das zonas 4 e 5 chocam muitas vezes com o PDM atual”. -----

Em relação ao último ponto a tratar, o sr. presidente da assembleia municipal recomendou à sra. vice-presidente que, em futuras comunicações, sejam evitadas repetições e que, quando se apresentem questões relativas aos resumos orçamentais, seja anexada uma nota justificativa.-----

Ponto 1 - INFORMAÇÃO, POR ESCRITO, DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º2 DO ART.º25 DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO – Foi presente à assembleia municipal o documento em epígrafe, que se anexa à Ata, dela fazendo parte integrante, e que havia sido entregue a todos os membros. -----

O sr. presidente da assembleia municipal deu o uso da palavra à sra. vice-presidente da câmara, que fez a apresentação detalhada em Power Point do documento, explicando pormenorizadamente cada ponto. -----

O sr. presidente da assembleia questionou se algum dos membros queria inscrever-se para solicitar esclarecimentos acerca do documento. -----

O sr. Vítor Esteves, em relação ao Fórum da Juventude, afirmou ser desconhecedor de qualquer tipo de informação, pelo que levantou as seguintes questões:-----

- Quais os preparativos que estão a ser feitos.-----
- Se foram convidados os jovens a participar.-----
- Que formas de contacto foram utilizadas.-----

A sra. vice-presidente informou que o Fórum da Juventude está a ser desenvolvido de acordo com a proposta aprovada por unanimidade pelo executivo. Alegou ainda que, não havendo condições para criar um Conselho Municipal da Juventude, visto não existirem associações de jovens representativas para integrar nos termos legais, elaborou-se uma proposta à câmara, na qual se deliberam as entidades e



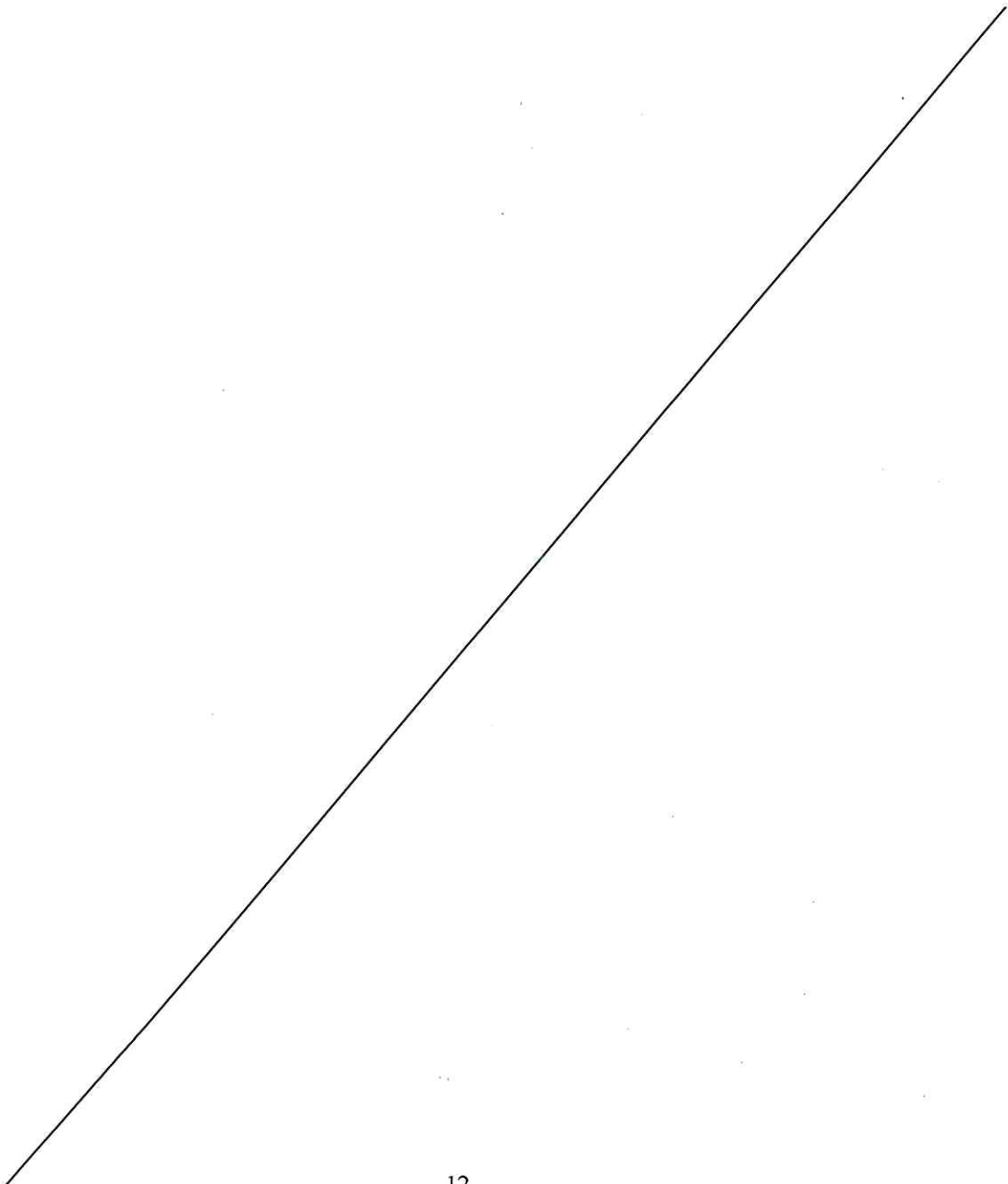
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTRO MARIM

Sessão de 30/11/2018

ordinária

representantes de cada partido político, cada instituição e cada coletividade. Estes representantes foram convocados para uma primeira reunião e, posteriormente, já reuniram e aprovaram regulamento, modelo e logotipo. Informou ainda que a proposta de regulamento irá ser submetida para aprovação na câmara municipal.-----

Não havendo mais intervenções, foram encerrados os trabalhos. -----





G-7

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTRO MARIM

Às 00h25m do dia 01 de dezembro foi aprovada e assinada a Ata e encerrada a sessão, que eu Amândio Sousa Rodrigues Norberto Primeiro Secretário, subscrevi.

O Presidente,

José Luís Afonso Domingos

O Primeiro Secretário,

Amândio Sousa Rodrigues Norberto

O Segundo Secretário,

Carlos Sebastião Afonso Dias